

## INTEGRAÇÃO E CONFLITOS NA AMÉRICA DO SUL: A FRONTEIRA AMAZÔNICA

VINICIUS MODOLO TEIXEIRA<sup>1</sup>

RITA DE CÁSSIA MARTINS DE SOUZA ANSELMO<sup>2</sup>

### RESUMO

Esta pesquisa é uma reflexão sobre a realidade da América do Sul, em relação aos seus projetos de integração e a ocorrência de conflitos, com foco na região amazônica. O trabalho busca demonstrar a relação entre a ocorrência de conflitos e rivalidades, com a estagnação de projetos de integração e a formalização de políticas bilaterais voltadas à contenção de um terceiro país tido como rival. Os projetos de integração desenvolvidos nos últimos 50 anos, tem se demonstrado incapazes de superar as antigas desconfianças geradas no Período Colonial e século XIX, baseando-se exclusivamente em cooperações econômicas. Esses projetos de integração têm sido substituídos por alianças estratégicas, acordos bilaterais e movimentos de aproximação, que tem levado em conta as atuais rivalidades da região amazônica.

**PALAVRAS-CHAVE:** América do Sul, Amazônia, Conflitos, Integração, Geopolítica.

### ABSTRACT

This research is a reflection about the reality of South America, in relation to their integration projects and occurrence of conflicts, focusing on the Amazon region. The paper seeks to demonstrate the relationship between the occurrence of conflicts and rivalries, with the stagnation of projects integration and formalization of bilateral policies focused on containment of a third country, interpreted as a rival. The integration projects developed in the last fifty years has proved unable to overcome the old generated distrust in the colonial period and nineteenth century, based solely on economic cooperation. These integration projects have been replaced by strategic alliances, and bilateral movements approach, which has taken into account the current rivalries in the Amazon region.

---

<sup>1</sup> Aluno do 9º período do Curso de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. Avenida Ana Godoy de Souza, 155, Bairro Santa Mônica, Uberlândia, CEP 38 408-290. falecomovinas@gmail.com

<sup>2</sup> Professora Adjunto II do Curso de Geografia da Universidade Federal de Uberlândia. Avenida João Naves de Ávila 2121, Bairro Santa Mônica, Uberlândia, Bloco 1H CEP 38 400-902. ritacmsou@ig.ufu.br

**KEY-WORDS:** South America, Amazon, Conflicts, Integration, Geopolitics.

## **1. INTRODUÇÃO**

Este artigo é um dos resultados da pesquisa “Integração e Conflitos na América do Sul: a fronteira amazônica”, a qual buscou explorar as relações entre os conflitos e os projetos de integração sul americanos, com a emergência de aproximações baseados nas rivalidades desenvolvidas entre os países inseridos nessa região do subcontinente.

O pensamento dos países da região amazônica em projetos de integração para uma exploração conjunta e defesa desse território tiveram início ainda no século XIX, antevendo interesses externos sobre a grande floresta. Porém somente a partir da segunda metade do século XX tais projetos, envolvendo essa porção da América do Sul, começaram a ser desenvolvidos com o objetivo de fomentar uma maior interconexão econômica entre os países pertencentes à região. Porém a não resolução de conflitos envolvendo os países amazônicos fez com que diversas vezes os movimentos de rivalidade aí inseridos, minassem os empreendimentos integracionistas, abrindo caminho para a aproximação de grandes potências e a manutenção da dependência econômica desses países.

Os recentes desdobramentos no continente continuam a visualizar um maior intercâmbio entre os países sul-americanos, porém ao mesmo tempo, surgem novas divergências que afetam esses projetos e fazem emergir aproximações baseadas na rivalidade e alinhamento político e estratégico contra rivais em comum.

A compreensão desse cenário se faz de extrema importância para o estudo da geopolítica local e o entendimento da realidade dos projetos alocados à América do Sul.

## **2. METODOLOGIA**

O trabalho foi realizado segundo o seu planejamento inicial, na qual concebia primariamente um levantamento bibliográfico acerca dos assuntos a serem abordados: os conflitos e a integração na região amazônica. O material utilizado compreendeu livros, artigos de revistas científicas, monografias, dissertações, teses, sites de internet e notícias de jornais. Após o levantamento do material de interesse e conseqüente leitura do mesmo, foram realizadas discussões ao seu respeito, visando à elaboração do texto final. A partir de uma perspectiva historicista, foi possível discutir a formação territorial da América do Sul, assim

como os processos dialéticos da formação dos Estados e dos processos de integração, através de conflitos e alianças, sempre como foco a Amazônia internacional, e os países que a compõem.

### **3. INTEGRAÇÃO E CONFLITOS NA REGIÃO AMAZÔNICA**

A América do Sul, aqui compreendida como região, experimentou movimentos de aproximação e distanciamento entre os seus Estados componentes desde a retirada do poder colonial até a contemporaneidade. As alternâncias entre projetos de integração e processos conflitivos se sucederam em grande quantidade e diferentes composições, agregando diversos países de muitas maneiras na busca pela superação da condição de periferia do moderno sistema mundial.

Comparativamente a outras regiões do globo, a porção sul da América experimentou relativa paz durante os quase duzentos anos de independência, sendo que os conflitos que ocorrerem entre os países sul-americanos, apesar de marcantes para eles, tiveram menor intensidade do que outros ocorridos em áreas de intensa disputa no mesmo período. Nessa perspectiva, os maiores conflitos da América do Sul, envolvendo países que compõem a região Amazônica foram: a Guerra do Paraguai, Guerra do Pacífico e a Guerra do Chaco. Os outros conflitos que ocorreram entre os países amazônicos foram, de maneira geral, foram bastante limitados, em duração e territorialmente, devido às condições econômicas e equipamentos para sustentar uma guerra de maior proporção.

Já os projetos de integração, apresentados principalmente na segunda metade do século XX, sempre prezaram pelo entrelaçamento econômico como via para a superação dos problemas internos dos países sul-americanos, os quais alavancariam o desenvolvimento regional, e uniriam os Estados partícipes através de uma interdependência econômica para a formação de um bloco. Porém esses projetos não lograram se fortalecer e se estabelecer na região, devido a inúmeros fatores, sendo um dos principais, a ocorrência de conflitos inseridos dentro do território compreendidos por esses projetos.

A região amazônica, como parte da América do Sul, esteve inserida indiretamente nesses movimentos antagônicos de integração e conflito, ou então foi o palco para acontecimento deles ao longo da história. Aqui sustenta-se que a manutenção de rivalidades é o principal motivo para o enfraquecimento dos projetos de integração, as quais, no entanto, fomentam um outro tipo de interação, que tem justamente nos conflitos, a base de sustentação dessas relações. Essa situação ímpar apresentada é reflexo, além da formação colonial que

sofreu esse território, de influências externas, que tem como objetivo dar continuidade a condição de dependência apresentada pelos Estados sul-americanos frente aos países centrais, e facilitar sua inserção nessa região.

### **3.1 A Dinâmica Dos Processos De Integração**

Os movimentos visando à integração dos países da América do Sul não são todos de origem recente, sendo que no século XIX pensamentos com vistas à ampliação de mercados e movimentos de convergência econômica entre os países apresentavam-se como de interesse regional que, já naquela época, tinham por objetivo levar ao desenvolvimento conjunto das “jovens nações”.

Nesse sentido também a região amazônica foi pensada, para abrigar uma forma primitiva de integração, que na época buscava com essa intenção, prover a proteção regional da floresta contra a pressão de interesses externos:

A visão mais completa e equilibrada da questão amazônica seria desenvolvida, em 1864, pelo eminente jurista José Antônio Pimenta Bueno. Nela associa o direito, a economia, o comércio, a navegação, os limites, numa política externa de amizade efetiva, cuja versão é a integração dos países da Bacia Amazônica. Constrói dessa forma a teoria antecipada de um pacto amazônico. (CERVO, 1981 apud ANTIQUERA, 2006 p.25)

A partir da segunda metade do século XX, os movimentos que objetivavam a integração econômica da América do Sul ganharam grande impulso influenciados pela necessidade de dinamização das economias locais e principalmente pelo relativo sucesso que apresentou o modelo europeu que teve início no pós-guerra. Os processos de integração que começaram a ser arranjados foram pensados a partir da realidade local, e idealizados na tentativa de superação da situação periférica do mundo, na qual todos esses países se encontravam, visualizando essa alternativa de união como o caminho a ser empreendido para diminuir suas dependências econômicas. As construções desses projetos nos últimos cinquenta anos se sucederam em movimentos de sobreposição ou substituição, muitas vezes, como alternativa a eles mesmos, seguindo os interesses dos grupos que se alinhavam e divergiam em determinadas épocas, como mostra o Quadro 1.

<b>Projeto</b>	<b>Países Envolvidos</b>	<b>Ano de Formulação / Proposição</b>	<b>Sobreposição</b>	<b>Substituição</b>
<b>ALALC</b> (Associação Latino-Americana de Livre-Comércio)	Argentina, Brasil, Chile, México, Paraguai, Peru e Uruguai	1960		
<b>CAN</b> (Comunidade Andina de Nações)	Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, Peru e Venezuela	1969		
<b>TCA</b> (Tratado de Cooperação Amazônica)	Bolívia, Brasil, Colômbia, Equador, Guiana, Peru, Suriname e Venezuela	1978	CAN	
<b>ALADI</b> (Associação Latino Americana de Integração)	Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, Colômbia, Cuba, Equador, México, Paraguai, Peru, Uruguai e Venezuela	1980		ALALC
<b>MERCOSUL</b> (Mercado Comum do Sul)	Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai	1991	ALADI	
<b>União Européia</b>	Guiana Francesa	1992		
<b>ALCA</b> (Área de Livre Comércio das Américas)	Todos os Países da América (Exceto Cuba)	1994	ALADI, CAN, TCA e MERCOSUL	
<b>ALBA</b> (Alternativa Bolivariana para as Américas)	Venezuela, Cuba e Bolívia. Aderiram ao bloco recentemente: Nicarágua, Dominica, Equador, Antigua e Barbuda e São Vicente e Granadinas	2004	ALADI, CAN, TCA e MERCOSUL	ALCA

**Quadro 1:** Projetos de Integração envolvendo Países da Região Amazônica. Org: TEIXEIRA, 2010.

Nesse sentido os projetos baseados em intercâmbios econômicos e supressões tarifárias entre os países membros, tiveram início na década de 1960, com a criação da Associação Latino-Americana de Livre-Comércio (ALALC), sob orientação da Comissão Econômica para América Latina (CEPAL), onde participavam alguns países da América Latina com a intenção de formação de uma zona de livre comércio até o ano de 1973.

Esse primeiro projeto integracionista não logrou sucesso, e logo nas primeiras reuniões com objetivo de redução de tarifas relativas ao controle alfandegário não obtiveram êxito, o que atrasou o cronograma original. A seqüência infrutífera de reuniões para dar seguimento à liberalização das tarifas continuou, tendo ficado estabelecido o ano de 1980, como nova meta para a efetiva retirada das restrições comerciais, ano no qual houve a mudança de nome para Associação Latino Americana de Integração (ALADI), como observa Silveira (1992). O

desenvolvimento da proposta foi marcado por um começo promissor, seguido de incompatibilidades, impasse e imobilismo, dando margem para o surgimento de outras propostas de integração marginais a essa.

O primeiro projeto que congregava uma soma significativa de países da região amazônica, baseado também nas orientações da CEPAL e como alternativa regional à ALALC, foi a Comunidade Andina de Nações (CAN), que utilizava os limites físicos da Cordilheira dos Andes para a orientação do conjunto de países que comporiam o projeto. Essa proposta iniciada em 1969, tinha como plano a formação de um Mercado Comum entre os países membros e tinha a característica de ter evoluído com relativo sucesso ao longo do tempo, apesar de estar situada sobre uma área bastante instável e marcada por conflitos, com fortes antagonismos entre os países membros, e abarcando a maioria das contentas da região amazônica. Alguns fracassos, como a saída do Chile em 1976, e a saída da Venezuela em 2004, assim como desconfianças permanentes entre os outros parceiros, impõem limitações ao atual conjunto de países que permanecem na Comunidade.

É a partir do surgimento da CAN que pode ser compreendido a criação do projeto que tem por distinção ter a região amazônica como alvo de um programa de integração e também como região delimitadora. Pensado pelo Brasil, tal projeto tem em seu cerne o interesse desse país em se projetar como potência, tendo na América do Sul sua área de influência, além de outras implicações geopolíticas nele inseridas.

O Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) surge no fim da década de 1970 em um momento bastante intenso da vida política dos países sul americanos, bem como na ocorrência de conflitos e confrontações entre eles. As bases do TCA foram lançadas de forma a superar a exclusão promovida pelo Pacto Andino em relação ao Brasil, e também com a possibilidade de execução de um plano para auxiliar no desenvolvimento de sua região Amazônica, em crescente importância para o país naquele momento, que contava ainda com o arrefecimento das tensões na Bacia do Prata. A criação da Comunidade Andina de Nações buscando a integração dos Países da região do Pacífico afetaria em grande monta o envolvimento do Brasil na região, o que seria uma ameaça para sua economia e estratégia, principalmente por esse bloco estar localizado na fronteira de sua região menos desenvolvida, a Amazônia.

O Pacto Amazônico foi certamente uma reação brasileira à criação do Pacto Andino, na medida em que o nosso país se sentia alijado de um processo de integração feito às nossas “costas”, e em uma área de dificuldades do território nacional. A proposição do pacto em 1978 veio como resposta à Comunidade Andina e os percalços que essa enfrentava, exemplificados pelas várias concessões feitas ao Chile e sua posterior desvinculação do bloco,

assim como a demora venezuelana em aceitar as condições das propostas para sua filiação. Aproveitando o momento, o Brasil busca com a formalização do TCA, sua inserção na região noroeste da América do Sul, a partir de um projeto de integração, de proposição própria, utilizando a Amazônia como fator envolvente dos outros países, além de excluir o Chile por questão física, importante economia concorrente ao Brasil.

O Brasil pretendia não só diminuir receios dos vizinhos, mas também impedir que a existência de um grupo hispano-americano no norte da América do Sul (Pacto Andino) levasse à exclusão do Brasil desse subsistema, remetendo a diferenças com raízes nas disputas entre os países ibéricos. O objetivo principal parece não ser enfraquecer o Pacto Andino, como temiam seus membros, mas apenas garantir a presença do Brasil nesse espaço sub-regional. [...] (ANTIQUERA, 2006, p.65)

Nessa época o governo militar começa também a se valer da utilização do discurso da Pan-Amazônia para se referir à Amazônia, definindo assim uma região multinacional. Desta forma, buscava-se ampliar a visão desse território como área pertencente a vários países, em contraposição à compreensão reinante e sinonímica entre Brasil e Amazônia, para então fundamentar a carta de intenções aos outros parceiros. O livro do General Meira Mattos, “Por uma Geopolítica Pan-Amazônica”, de 1980, traz esse discurso, além de argumentar fortemente sobre a importância da integração dessa região como fator de auto-proteção e preservação, que deveria ser feita com a união de todos os países ali presentes, frente à possibilidade de ingerência externa ao território da floresta, o que sempre foi um fantasma a assombrar a Amazônia, principalmente na visão da “caserna”. Apesar disso, uma proposta envolvendo aspectos relativos à cooperação em Defesa, foi rejeitada desde o início, como observa Antiquera (2006). Além disso, o TCA tinha como outro objetivo manter o protagonismo brasileiro na região sendo ele o autor do projeto, mesmo que esse não evoluísse como planejado.

A proposta do Tratado de Cooperação Amazônico teria, entretanto, um forte argumento ao seu favor, e de interesse de todos os envolvidos. Tal projeto poderia incorporar definitivamente para a economia dos países membros, as áreas sobre o domínio da floresta amazônica, o que para todos, sem exceção, representava a parte do país com os mais baixos níveis sociais e a porção menos ocupada. A proposta representava desse modo, a chance, sobretudo, de integração nacional, em paralelo à realização da integração internacional.

A continuidade de todos os projetos até então pensados não havia sido interrompida, desenvolvendo-se concomitantemente a ALADI, a CAN e o TCA. Cada qual com objetivos específicos e voltados para os interesses dos países agrupados, diferenciando-se também pelos

níveis de integração planejados e os métodos para sua efetivação. De maneira geral, todos tinham por base o mesmo intento, a busca por melhores condições de desenvolvimento, baseadas unicamente em perspectivas de integração econômica e comercial, não contemplando formas de superação de possíveis conflitos entre seus membros.

A partir da década de 1990 uma profusão de novas propostas surge no cenário sul-americano, beneficiado pela melhora das relações entre antigos rivais, da redemocratização de vários países e pelo discurso da globalização da economia mundial.

Dessa maneira, o MERCOSUL surge como fruto da confiança política construída entre o Brasil e Argentina durante década de 1980. Formalmente criado no ano de 1991 e incluindo também Paraguai e Uruguai, o bloco econômico mais solidamente edificado no subcontinente não foi pensado com objetivos específicos para a região amazônica, apesar de ter o Brasil como membro, e sim, para ter uma atuação preponderante sobre o eixo Brasil-Argentina. Dessa forma o Brasil passava nesse momento a participar de dois macros projetos de integração, com a condição de protagonista em ambos, conforme ditava seus anseios estratégicos.

Com a formalização desse acordo envolvendo a Argentina, a Amazônia retorna à sua condição de coadjuvante na política externa brasileira, e conseqüentemente, atrela o mesmo significado ao TCA, que passa a ser preterido em relação ao MERCOSUL. A Argentina se coloca mais uma vez como a prioridade brasileira no âmbito internacional, agora sem a condição de rivalizar militarmente com o Brasil, devido à sua débâcle no Conflito das Malvinas, e necessitando de melhores condições econômicas, as quais o Brasil poderia proporcionar quando efetivado o Bloco, não sem ganhar muito com isso.

Mais uma vez a bacia platina é priorizada à amazônica, do ponto de vista das relações internacionais do país. É possível notar já um importante fator que dificulta o equacionamento eficaz do problema amazônico: **a desarticulação entre a formulação da política de defesa e da política diplomática**. Em termos de defesa, a Amazônia passa a ser prioridade na década de 1980, enquanto em termos diplomáticos é a bacia platina que recebe a maior atenção nesse período. (ANTIQUERA, 2006 p.100, destaques nossos)

O distanciamento da política de defesa e da política diplomática é sintomático da desarticulação não só do Brasil em relação aos projetos de integração no qual estava envolvido, mas de maneira geral, a todos os países sul-americanos e, talvez, o principal motivador da falência ou estagnação desses projetos. Ao mesmo tempo onde ocorriam reuniões para promover a articulação política e econômica, as tropas permaneciam estacionadas junto à fronteira dos antigos rivais, não contribuindo dessa maneira para o ganho

de confiança entre os parceiros dos blocos de integração. Mesmo no caso do MERCOSUL, o Brasil continua a privilegiar militarmente a fronteira sul, onde se concentra a maior parte do seu exército, a despeito do discurso de proteção e vigilância da Amazônia, que é alardeado como central nos dias atuais. Isto, então, poderia de certa forma, indicar que os objetivos geopolíticos, principalmente os do Brasil, estão colocados avante dos objetivos de integração com a América do Sul, fazendo-se em mais um obstáculo a esses processos no subcontinente.

Fora do protagonismo brasileiro, o pensamento integracionista também foi trabalhado pelos interesses das grandes potências, vendo neles a chance de consolidação de laços econômicos, com garantia do fluxo de matérias primas e mercado consumidor para seus parques industriais.

Assim em 1994 nasce a proposta da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA), capitaneada pelos EUA e que deveria ser o maior projeto do tipo no continente, integrando de forma definitiva todos os países, à exceção de Cuba, de maneira parecida com o que ocorria na Europa e seu bloco continental.

O receio de vários países em aumentar sua dependência do parque tecnológico estadunidense, além de outros fatores que inspiravam a desconfiança sobre os efeitos benéficos desse acordo, arrastaram as discussões até a exaustão da proposta, juntamente a várias denúncias por parte de alguns países sobre incompatibilidades congênitas, levando assim ao abandono das negociações. Dessa maneira coube a política externa dos EUA buscar outras formas de se inserir de maneira privilegiada na América do Sul, fazendo-se valer de uma série de acordos bilaterais com vários países no subcontinente, o que tem sido avaliado como clara interferência e um açoite sobre os projetos de integração regional.

Como resposta às desconfianças surgidas na proposta de criação da ALCA, na primeira década do novo século, uma outra proposta foi inserida no subcontinente. Formulada pela Venezuela, e contendo um forte discurso anti-Estados Unidos como um de seus símbolos, essa proposta representa uma alternativa aos projetos de integração formulados pelos EUA, e que segundo o presidente Hugo Chávez, estão baseados na ingerência dos EUA sobre as economias dos países da região. Os países que até agora se filiaram à nova proposta, chamada de Alternativa Bolivariana para as Américas (ALBA), são países que no momento mantém governos alinhados com propostas de esquerda e ao movimento de cunho socialista bolivariano, como Bolívia, Cuba e Nicarágua, além de outros que vêem nessa proposta uma maneira de conseguir acesso ao petróleo e subsídios venezuelanos.

A ALBA encontra-se em fase inicial de construção e assim como outros projetos, encontra-se sobreposta a outros projetos regionais, além de estar atrelada fortemente a uma

proposta de um governante. Uma mudança de governo ou atitude política nos países membros, e principalmente na Venezuela, nas próximas eleições, pode implicar em retrocesso ou mesmo falência de tal programa.

O problema da alternância de governos na América do Sul representa um fator determinante para a evolução de projetos com objetivos de integração e manutenção de relações diplomáticas minimamente estáveis. Esses projetos muitas vezes estão enquadrados como propostas de governo, e não como uma proposta de Estado, e que assim sendo garantiria a segurança e continuidade das propostas, mesmo com a alternância de governantes e partidos, o que não se tem com a primeira. Além disso, devem-se levar em conta os interesses das elites locais para a execução de tais projetos, o que dificilmente se conseguirá programar sem apoio dessas.

A América do Sul e a região amazônica apresentam ainda a distinção – e complexidade – de ter presente em seu território o bloco econômico melhor estruturado e com melhores perspectivas até o momento, e ao mesmo tempo dele não fazer parte. Essa condição se dá pela existência do território ultramarino francês da Guiana Francesa, e sua associação junto a União Européia. Segundo De Conte (2007), a conclusão de uma ponte, planejada, sobre o Rio Oiapoque, ligando o Brasil e a Guiana Francesa, poderia fazer também, o papel de ponte entre dois blocos econômicos, o MERCOSUL e a União Européia, levando a uma possível aproximação e maior intercâmbio entre eles. Entretanto, quando da proposição do TCA, a Guiana Francesa não foi cogitada como membro participante e tampouco há a possibilidade de sua inserção no projeto, devido esse estar limitado aos países signatários e, também, por não interessar a presença de uma potência internacional em decisões sobre a Amazônia.

Outro movimento que tem a integração sul-americana como objetivo, mas que não está organizada na forma de bloco econômico é a Iniciativa para Integração da Infra-Estrutura Regional Sul-Americana (IIRSA), cujo papel principal está em prover ao subcontinente a infra-estrutura necessária a sua integração, na forma de redes de transporte, energia e comunicações. O projeto de integração física através do IIRSA engloba os 12 países da América do Sul e define vários eixos de integração, organizados em norte-sul e leste-oeste em várias latitudes e longitudes de seu território. É um projeto que ainda levará tempo para sua total implementação e dependerá dos ânimos internos dos países para sua execução. Parte dos investimentos para a concretização dessas vias de ligação será alocada pelo BNDES aos países vizinhos, revelando o grande interesse brasileiro sobre tal projeto, o qual muito se

assemelha à antigos projetos geopolíticos do Brasil para englobar toda a América do Sul sobre sua influência.

### 3.2 Conflitos

Os conflitos que tiveram os países que compõem a região amazônica como palco, se desenvolveram, sobretudo, pela disputa territorial em áreas fronteiriças entre esses Estados que se formaram após a retirada do poder colonial europeu. Conflitos como a Guerra do Pacífico travada entre Peru, Bolívia e Chile, ainda no século XIX, e os diversos conflitos na fronteira entre Equador e Peru, no século XX, têm papel importante para a compreensão da realidade das relações entre esses países na atualidade.

A falta de clareza na demarcação dos limites entre os novos Estados independentes foi fonte de inúmeras contendas entre esses países, e ainda geram motivos para o seu distanciamento diplomático nos dias atuais. Em parte esses problemas são oriundos da demarcação das fronteiras em áreas de difícil acesso para a efetiva colimação dos limites, muitas vezes apresentadas em áreas de montanha ou selva, o que somente hoje com o avanço tecnológico se faz possível de forma eficaz e muitas vezes remota.

Durante o período colonial a região estava submetida basicamente a duas metrópoles, Portugal e Espanha, os quais dominaram a quase totalidade dessa área, sendo que a separação entre os dois impérios enfrentou diversos ajustes, e mesmo assim, a definitiva divisão dos territórios pertencentes a cada país ibérico só se efetivou no começo do século passado, já sob a tutela de Estados independentes.

O Brasil, controlador do espólio português na América do Sul apesar de detentor da maior parte da floresta amazônica, não enfrenta graves problemas de confrontação com seus vizinhos pela demarcação de fronteiras, como foi no caso português frente ao Império espanhol. O avanço português sobre essa região se deu de forma constante a partir da colonização e logrou avançar fundo sobre a América do Sul, principalmente na área da floresta. Apesar de todo esse avanço, o controle sobre essa região feito pela coroa portuguesa, foi empreendido com o mínimo de gastos e se utilizando principalmente de índios e fortificações, como forma simbólica de controle, em um movimento continuado pelo Brasil independente, e que experimentou momentos de intervenção externa, movimento chamado por Machado (1997) de “Controle Intermitente”.

Nossos limites na região amazônica foram definitivamente oficializados no começo do século XX, a partir dos acordos celebrados pelo Barão do Rio Branco, junto a nossos

vizinhos, sempre de forma pacífica e se utilizando da diplomacia como via, sendo sua figura cultuada nas relações exteriores brasileiras por tais feitos. Esses acordos foram facilitados, de certa maneira, pela impotência dos outros países em assegurar as áreas em litígio, pela presença de brasileiros ocupando a região e de não interessar ao Brasil o envolvimento em nenhum conflito com os países amazônicos, já que o foco de nossa política externa e preocupação estratégica era a Bacia do Prata e a Argentina. Cabia ao Brasil nesse momento, formalizar seu território na porção norte, sem problemas, podendo então despender toda atenção ao país portenho, com o qual sempre manteve uma situação de rivalidade na busca pela influência sobre os países sul-americanos. A Amazônia serviria, além disso, como trunfo, que poderia ser utilizado pelo Brasil para contrapor a Argentina, dada a limitação da contigüidade geográfica para esta exercer influência sobre a região.

No entanto, os acordos que formaram nossa fronteira norte, junto aos países vizinhos cristalizaram uma imagem negativa no imaginário dessas sociedades, simbolizada por um Brasil imperialista, e que continuava o movimento iniciado por Portugal, de expansão do litoral Atlântico sobre o restante da América do Sul. Esta construção simbólica assinalada pela literatura sobre a região, povoa as relações desses países com o Brasil e contribui para um distanciamento no decorrer da história.

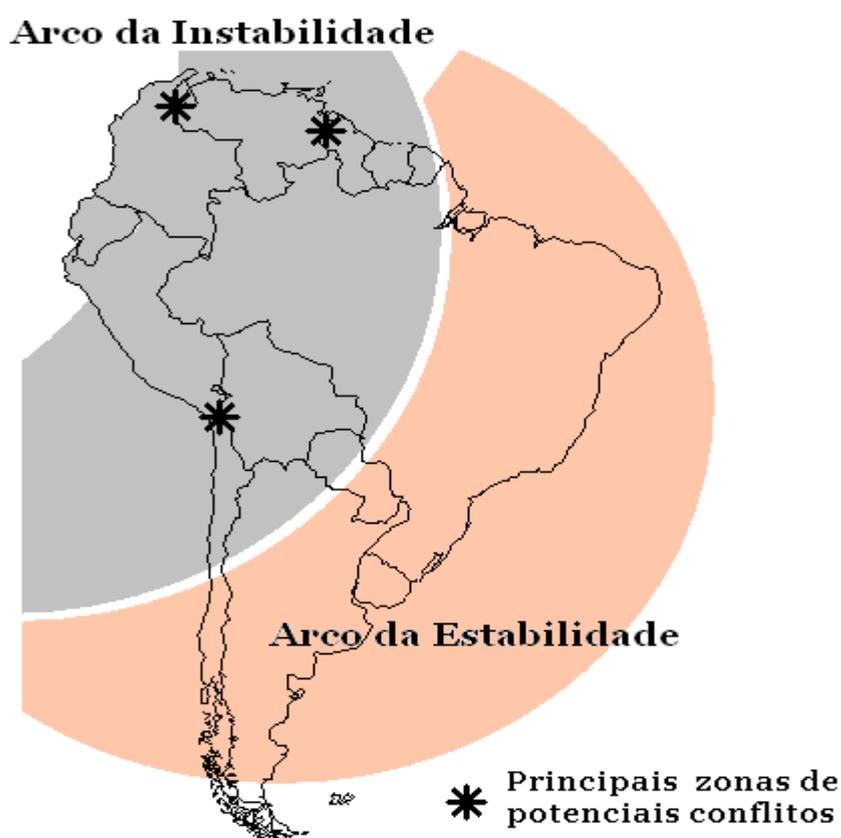
Muito mais complicada, porém, é a situação dos países que compunham o antigo império espanhol e suas inter-relações, onde principalmente os países da região amazônica, possuem processos contenciosos, que já os levaram diversas vezes ao enfrentamento direto, causando o rompimento das relações e espalhando incertezas por toda a região.

Os conflitos presentes nos países que compõem junto ao Brasil a Pan-Amazônia são em sua maior parte, disputas fronteiriças originárias do processo de descolonização, ou enfrentamentos diplomáticos oriundos de uma rivalidade estabelecida historicamente no seio das sociedades locais, as quais têm apresentado continuidade ao longo da história. Deve-se destacar que os objetivos políticos na manutenção desses conflitos prevalecem sobre uma possível cooperação entre esses países.

As disputas e incertezas geradas pelos processos contenciosos desses países ajudam a compor um quadro de instabilidade sobre a região amazônica e que dificulta a promoção de projetos que têm como objetivo incentivar a interdependência política e econômica entre esses países, ou mesmo uma integração efetiva de seus mercados e interesses estatais, tendo como base o exemplo europeu de integração em uma comunidade econômica.

A atual situação dos países da região amazônica, mesmo sem enfrentar um conflito direto entre Estados desde 1995, com o último confronto entre Equador e Peru, ainda inspira

avaliações cautelosas quanto ao seu desenvolvimento. Segundo Héctor Saint-Pierre (apud MEDEIROS FILHO, 2008), a América do Sul poderia ser dividida em duas porções segundo sua propensão para a emergência de conflitos. A primeira porção, chamada de “Arco da Estabilidade”, enquadraria os países pertencentes ao Cone-Sul e o seu processo de integração, o MERCOSUL, que se apresenta mais desenvolvido e menos propenso a uma regressão para processos conflituos. Já a segunda é chamada pelo autor de “Arco da Instabilidade”, e representa a área que inclui os países com maior probabilidade de se envolver em conflitos, como Colômbia e Venezuela, e Bolívia e Chile. Essa configuração pode ser compreendida na Figura 1.



**Figura 1.** Arcos da Estabilidade e Instabilidade. Fonte: MEDEIROS FILHO, 2008.

Um dos fatores que contribuem para a manutenção da situação de “instabilidade” seria a influência externa que sofrem os países do setor noroeste da América do Sul. A pressão externa sobre essa região foi constante, mesmo durante a gerência de Portugal e Espanha, que enfrentaram a cobiça de outros países europeus como Inglaterra, Holanda e França, os quais lograram compor territórios no norte do subcontinente na região da floresta amazônica.

Com a elevação dos EUA à condição de potência mundial, a influência externa na região passa a provir principalmente desse país e um dos pontos mais marcantes entre as pressões sofridas pela região, provenientes dos EUA, está no caso da abertura e livre navegação do Rio Amazonas, controlada pelo Brasil, o que muito o interessava a esse país, por permitir o acesso às riquezas da região e ao interior dos outros países da América do Sul através da navegação fluvial. A influência dos Estados Unidos na “instabilidade” foi primeiramente discutida por Mario Travassos, na década de 1930, conforme assinala Medeiros Filho:

Cumpre destacar que, já na década de 1930, Travassos se referia a “*instabilidade geográfica do canto noroeste do continente*”. Na segunda parte de seu livro (signos de inquietação política), Travassos escreve o capítulo VI – Influência norteamericana, em que procura demonstrar que a influência que o potencial yankee exerce sobre os países americanos obedece a fatores puramente geográficos. Para ele a instabilidade estaria diretamente relacionada à influência dos Estados Unidos e teria causas puramente geopolíticas: “*justo porque está numa das extremidades da massa continental, se mostra presa fácil a influências extra-continentais*”. (MEDEIROS FILHO, 2004, p. 15)

Escrito na década de 1930, o livro de Travassos, nesse sentido, se mantém atual, na medida em que a interferência estadunidense na região continua ativa e tem justamente essa porção do continente como representante da maior inserção de militares e projetos mantidos por esse país. A atual presença estadunidense na América do Sul, na forma de bases militares é mostrada por Costa (2009) (Figura 2).



**Figura 2:** Presença Militar dos EUA na América do Sul, Bases e Operações Militares. Fonte: COSTA, 2009.

Além da presença militar dos EUA na região, outro fator que tem tido influência sobre o relacionamento dos países amazônicos é a repotencialização das forças armadas da região, discutida pela mídia como uma “corrida armamentista”. As aquisições de equipamento bélico que têm suscitado esse tipo de declaração na América do Sul estão baseadas, sobretudo, no tipo e volume dos materiais que tem sido movimentados para a região. Para Costa (2009), o reaparelhamento e a modernização dos sistemas de defesa desses países estariam associados às instabilidades e incertezas em todo o sistema internacional pós-11 de setembro e envolveriam o mundo como um todo.

As aquisições de material militar realizadas pelos países do “Arco da Instabilidade” se observadas com atenção, estariam correlacionadas e se efetivariam em alguns casos como resposta a uma aquisição feita pelo vizinho, de forma a anular uma possível vantagem que o outro país possa contar em determinada área. Como exemplo desse movimento de resposta,

teríamos o caso do Peru, onde a compra de grande quantidade de mísseis anti-carro<sup>3</sup>, deve-se ao fortalecimento das armas blindadas do Chile e Equador, em áreas próximas à sua fronteira, o que pode representar um desequilíbrio frente aos vizinhos, e certamente influenciou na compra desses equipamentos. Uma outra motivação para a realização de encomendas bélicas seria a renovação do antigo material em uso por esses países, em um processo de modernização, como no caso da Venezuela, que substituiu toda sua frota de aviões de combate por modelos mais modernos. A Venezuela, após sofrer um embargo de itens militares dos EUA, elegeu a Rússia e a China como seus novos fornecedores de armas e foi o país amazônico que mais fez aquisições militares nos últimos anos para diversos setores de suas forças armadas, porém em sua maioria, como substituição aos antigos equipamentos que tiveram sua manutenção degradada pela falta de peças dos EUA (Quadro 2).

<b>País</b>	<b>Compras</b>
<b>Venezuela</b>	-100.000 Fuzis Ak-103 -24 Aviões SU-30 -16 Aviões K-8 -Mísseis Antiaéreos Igla S - Navios* - Blindados*
<b>Colômbia</b>	-Helicópteros Black Hawk* - 9 Aviões Kfir -25 Aviões Super Tucano
<b>Equador</b>	-2 Fragatas Leander (Ex-Chile) -30 Tanques Leopard 1V (Ex-Chile) -18 Aviões Super Tucano - 6 Aviões Mirage 50 (Ex-Venezuela)
<b>Peru</b>	- 488 Mísseis Antitanque -Modernização da frota de caças -2 Aviões de Patrulha Marítima
<b>Chile</b>	- 48 Caças F-16 -200 Tanques Leopard 2 -12 Aviões Super Tucano - Aviões de Patrulha Marítima* - Novos Regimentos de Artilharia* - Baterias antiaérea* -3 Submarinos Scorpène - Navios
* Sem quantidade especificada	

**Quadro 2:** Principais aquisições de armamentos pelos países do “Arco da Instabilidade” e suas motivações. Org. TEIXEIRA, 2010.

<sup>3</sup> Mísseis anti-carro se destinam ao emprego contra veículos providos de blindagem, como tanques e transporte de tropas e tem capacidade de inutilizar tais veículos perfurando sua couraça.

Historicamente, Equador e Peru enfrentaram-se por diversas vezes em conflitos pela demarcação de sua fronteira comum, sendo que a última, ocorrida no ano de 1995, envolveu inclusive combates aéreos entre as aviações dos dois países. Apesar de tais embates, o conflito mais uma vez foi de curta duração e contou com ajuda internacional para a cessão dos combates. Dessa maneira uma comissão internacional foi formada por Argentina, Brasil, Chile e EUA com o objetivo de por fim ao conflito, observar a movimentação militar nos dois países e delimitar de forma definitiva a fronteira em disputa. A Missão de Observadores Militares Equador-Peru (MOMEPE), ficou ativa entre 1995 e 1999, interrompendo a disputa territorial, assim como auxiliando a retomada de relações bilaterais entre os vizinhos para evitar que os dois regredissem mais uma vez para uma situação de confrontação armada.

A rivalidade entre Equador e Peru, que por diversas vezes no século XX evoluíram para o confronto aberto, estaria ligado mais a uma questão simbólica, do que a questões econômicas alocadas ao território em disputa. Para Bonilla (apud GALASTRI, 2005, p.85) a motivação para o conflito entre os dois países “estaria na questão territorial como fonte de identidade nacional e, portanto, como instrumento de legitimação do próprio Estado”. Para Ramón Ortiz:

[...] a disputa fronteiriça entre o Equador e o Peru esteve sendo alimentada, no último meio século, mais pela relevância política do conflito em ambos os países que pela importância em termos estratégicos e econômicos do espaço geográfico em questão. (ORTIZ apud GALASTRI, 2005, p.85)

As questões simbólicas do envolvimento desses países em conflitos não estariam restritas a eles, mas comporiam parte da formação social de todos os países da região e é fundamental para a compreensão das tensões que aí têm origem. Para Moraes (2000), a concepção do país como um “espaço”, reflete as “vias” coloniais de desenvolvimento do sistema capitalista na periferia da economia-mundo. “Nos países de passado colonial a idéia do “nacional” é muito acoplada a uma visão territorial”.

Já a situação entre Equador e Colômbia se degradou nos últimos anos após incidentes diplomáticos envolvendo a violação da fronteira com o bombardeamento de um acampamento guerrilheiro das Forças Armadas Revolucionárias da Colômbia (FARC) em território equatoriano, juntamente com a alegação de que o país abrigaria conscientemente os guerrilheiros dessa organização, o que levou ao rompimento diplomático entre os dois países e a movimentação de tropas para a fronteira, sinalizando um possível enfrentamento. Esse episódio contou com o envolvimento da Venezuela, quando o presidente Chávez, ordenou o envio de seu exército para a fronteira colombiana, em apoio à agressão sofrida pelo Equador.

Após esse episódio, a Venezuela tem prestado ajuda militar ao país, com o fornecimento de aeronaves de combate para a Força Aérea Equatoriana, de forma a fortalecer a arma desse país, que se encontra defasada. Além disso, Equador e Venezuela experimentam formas de governo semelhantes, representando o movimento de Esquerda que tem logrado vitórias nas últimas eleições do continente e seria diametralmente oposto ao representado pelo do presidente colombiano Álvaro Uribe, de orientação conservadora, alinhado com os EUA.

Um outro movimento de aproximação no continente, envolvendo o Equador, se dá com o Chile, e envolve o processo litigioso que este enfrenta com o Peru, historicamente pautado pela Guerra do Pacífico, e que no momento tem um novo capítulo com a questão da divisa marítima entre eles. Nos últimos anos o Equador recebeu, através de doação ou venda a preços módicos, equipamentos militares provenientes do Chile, na forma de navios, aviões e tanques de guerra, que estavam sendo retirados de serviço nesse país. Esse movimento de transferência de material bélico para o Equador tem como objetivo não só o fortalecimento de suas forças armadas, mas a manutenção das atenções peruanas sobre esse país, o que interessa ao Chile, na medida em que o Peru tem que se preocupar com duas fronteiras litigiosas contribuindo para a possibilidade de um conflito na região, e para manutenção da “instabilidade”.

O Chile, apesar de não fazer parte dos países amazônicos, tem papel importante na realidade aqui analisada como participante de acordos econômicos e rivalidades com tais países dessa porção do continente. A renovação de seu arsenal, obedecendo a uma modernização de seus equipamentos, tem motivado profundas críticas por parte do governo peruano<sup>4</sup>, que no último ano, alegou que o país estaria promovendo a “corrida armamentista” regional e também com relação ao posicionamento desses novos equipamentos junto à fronteira peruana. O norte chileno enfrenta outro problema “insolúvel”, representado na forma do constante questionamento boliviano quanto à sua saída para o mar, perdida no século XIX, na Guerra do Pacífico, aumentando o potencial conflituoso e tendo influências sobre os projetos regionais presentes na região.

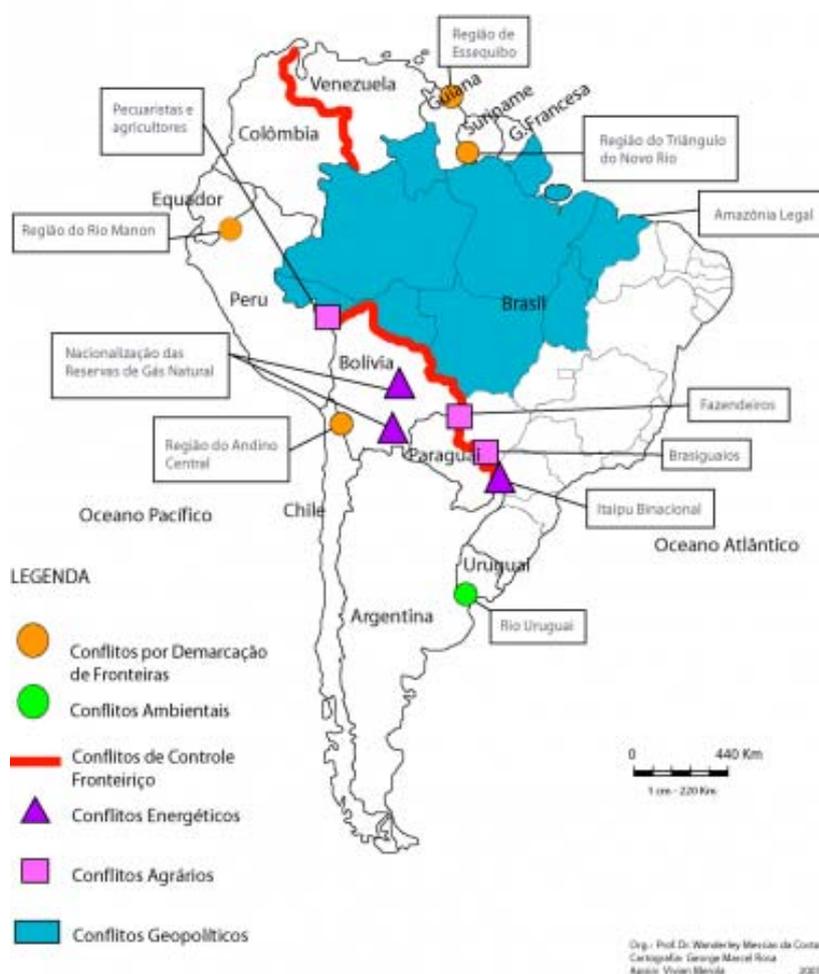
Outra questão que tem motivado o distanciamento entre os países amazônicos é o diferente posicionamento político dos governos recentemente eleitos, baseados em uma confrontação ideológica encarnada por esses governos, reforçando a rivalidade aí inserida. A América do Sul tem experimentado governos com discurso insuflado por uma mescla de

---

<sup>4</sup>Presente no artigo “Peru está preparado para a defesa em todos os campos, diz García”. O Estado de São Paulo, 28/jul/2009.

“*tendências socialistas, populistas, nacionalistas e, principalmente, anti-americanas*” (MEDEIROS FILHO, 2008).

A distribuição das contendas sul americanas não está restrita somente a essa região, estando presente também no chamado “Arco da Estabilidade”, como apresenta Costa (2009). O autor considera ainda movimentos fronteiriços entre o Brasil e seus vizinhos mediterrâneos, Paraguai e Bolívia, como conflitivos, abordando-os como de ordem agrária, e energética (Figura 3).



**Figura 3:** Conflitos na América do Sul. Fonte: COSTA, 2009.

### 3.3 A Relação Entre Os Processos De Integração E Os Conflitos

Como vimos assinalando anteriormente, a história dos últimos 50 anos da América do Sul foi marcada por diversas tentativas de aprofundar as relações entre os países da região em vários projetos de integração baseados no intercâmbio comercial e retirada de restrições

tarifárias que auxiliariam o desenvolvimento econômico dos países envolvidos. Paralelamente a esses projetos, os conflitos entre os países voltaram a ser presenciados, mesmo entre os que conjuntamente se relacionavam nesses projetos em um movimento contraditório de aproximação e rompimento das relações.

Recentemente novos processos de rivalidade têm surgido em meio aos antigos problemas – geralmente fronteiriços – que apresentavam os países amazônicos. Novamente a região caracterizada como “Arco da Instabilidade” é a principal área para a emergência desses entraves, porém o Cone-sul volta a apresentar sinais de envelhecimento das propostas contidas no MERCOSUL e abre caminho para a volta de situações de divergência entre os membros do bloco, que a priori deveriam ser de fácil resolução, mas têm sido usadas como símbolos políticos em seus respectivos países:

No início do século XXI, a América do Sul passou por transformações significativas em seu perfil identitário. A deterioração dos modelos de desenvolvimento econômico fez recrudescer regimes de esquerda com projetos de cunho alternativo, ao mesmo tempo em que refluxos nacionalistas enfraqueceram o quadro democrático da região. Concomitantemente, a nova onda bolivariana, de conformação de sociedades mais justas com base nos ideais de Simon Bolívar, espalhou-se da Venezuela e contaminou Bolívia e Equador, criando pólos de oposição no sistema sul-americano. Com isso, tensões e atritos colocaram em choque Brasil e Venezuela, no caso do Mercosul; Argentina e Uruguai no caso das papeleiras; Brasil e Paraguai no caso de Itaipu; Colômbia, Equador e Venezuela no caso das FARC; Brasil e Bolívia no caso do gás; e novamente o Brasil, desta vez com o Equador no caso da Odebrecht, que resultou na convocação do embaixador brasileiro em Quito para consulta. Como consequência, o conceito de América do Sul como ponto focal da política externa brasileira teve sua validade desafiada pelas contingências históricas. (GALVÃO,2009, p.67)

A insuficiência apresentada pelos modelos internos de desenvolvimento e acordos integracionistas baseados unicamente em princípios econômicos de enlace tem levado o retorno de situações conflituosas entre os países sul-americanos, demonstrando a sua incapacidade em lidar com a complexidade inserida nesse território e de caminhar para a superação dessas situações divergentes entre signatários de acordos integracionistas. Porém uma efetiva interdependência pode, segundo Bonilla, corroborar para uma situação de paz, já que a influência de um conflito na economia local seria por demasiadamente danosa e não teria apoio da população para tal ação. A importância da interdependência econômica dos países também reforçaria a segurança regional, inviabilizando um conflito devido às perdas que sofreriam com essa opção. Ainda segundo Bonilla (apud GALASTRI, 2005, p.86), uma maior interdependência econômica entre o Equador e o Peru poderia ter garantido a consolidação da paz entre os dois, já que as vendas do Peru para o Equador representavam apenas 1% do total de vendas peruanas em 1995, época do último enfrentamento entre os

dois. Da mesma forma, dados divulgados pelo governo colombiano, referentes ao primeiro trimestre de 2010, mostram uma grande queda do comércio bilateral com a Venezuela, em paralelo ao aumento da tensão entre ambos (Quadro 3). Atualmente esses dois países representam um dos casos de maior possibilidade de regressão para um conflito na América do Sul, baseado em divergência política e também na influência dos EUA sobre a Colômbia.

Sectores	VALOR ( millones US \$ FOB )							
	Venezuela	Ecuador	Perú	Brasil	Argentina	Chile	EEUU	Caribe y Centroamérica
<b>Subtotal</b>	<b>-332,00</b>	<b>32,08</b>	<b>35,25</b>	<b>26,78</b>	<b>2,04</b>	<b>6,55</b>	<b>-18,08</b>	<b>9,61</b>
Calzado	-34,16	0,72	0,05	0,00	0,00	1,63	-0,07	-0,38
Confecciones	-22,72	-0,16	0,93	-0,98	0,49	-1,24	-7,29	-1,04
Jabones, cosméticos, otros	-38,15	-4,91	6,63	-0,32	-0,81	-0,29	0,17	-1,49
Productos de Plástico	-27,68	1,15	-2,77	1,26	0,68	2,49	7,62	-2,54
Textiles	-93,42	7,74	6,15	0,19	-0,23	-0,26	-0,98	-0,29
Metalúrgica	-14,48	4,34	6,15	3,29	0,01	-3,04	-24,97	0,48
Papel	-40,37	-3,88	1,05	2,10	0,50	2,73	0,43	3,09
Química básica	-54,02	9,08	14,99	21,34	1,44	1,88	6,94	12,21
Industria automotriz	-7,00	18,00	2,07	-0,11	-0,03	2,65	0,08	-0,41

**Quadro 3:** Comércio bilateral da Colômbia no primeiro semestre de 2010. Fonte: Plan de Choque II, 2010.

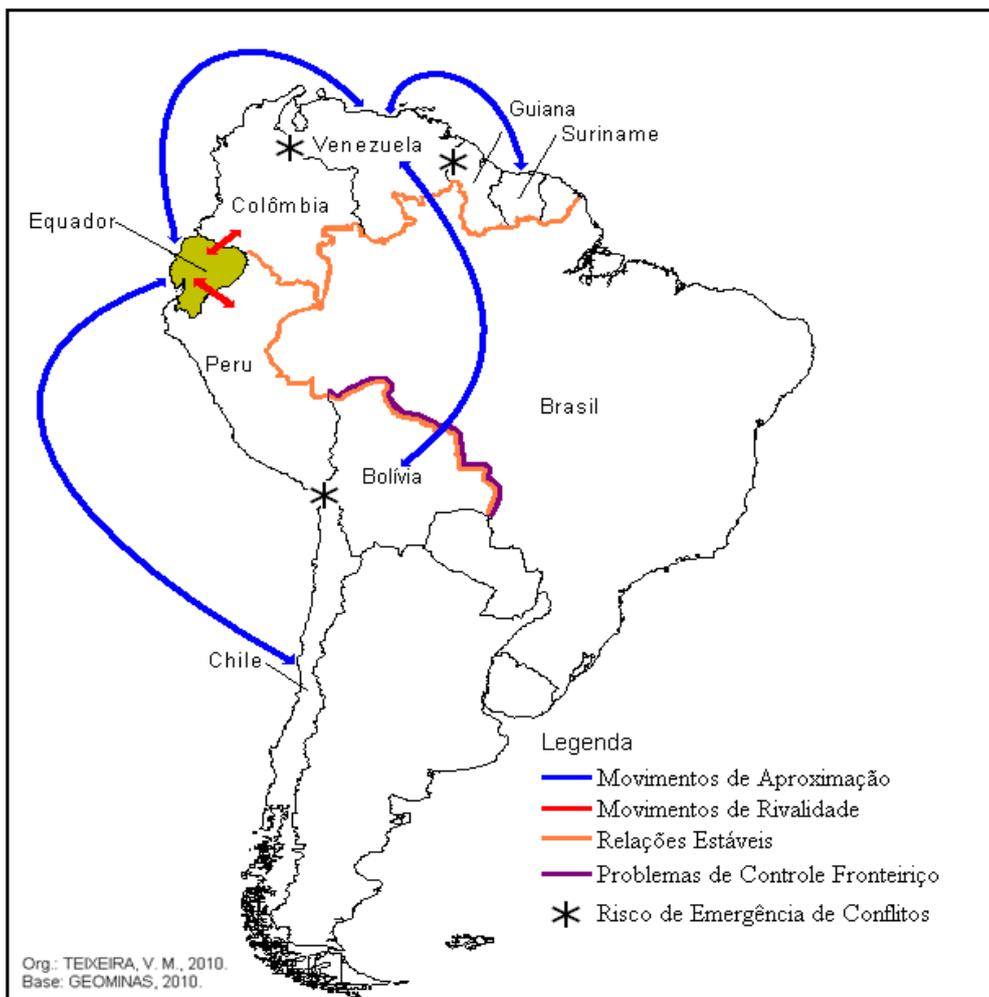
Dessa maneira, a integração entre países da América do Sul têm sido motivada não somente por interesses econômicos, mas também pela realização de uma série de acordos bilaterais com objetivos de garantir o acesso a equipamentos de defesa e treinamento, por acordos estratégicos, demonstrando a importância dessa perspectiva com relação a acordos econômicos.

As aproximações em torno das rivalidades com um mesmo país têm se desenvolvido através de cooperação técnico militar ou na forma de aproximações político-diplomáticas. Esse tipo de relacionamento tem sido observado justamente na região noroeste da América do Sul, envolvendo os países amazônicos, membros do TCA, contribuindo para a manutenção da instabilidade regional e recrudescendo as relações a níveis baixos de interdependência. Diferentemente das rivalidades que tem se dado entre os vizinhos fronteiriços, as aproximações tem se dado entre países que não partilham fronteiras em comum, o que dificulta de sobremaneira uma integração mais aprofundada entre esses países, mas mantém ativa a rivalidade na região (Quadro 4).

<b>Acordo entre países</b>	<b>Tipo</b>	<b>Descrição</b>
<b>Chile – Equador</b>	Transferência de equipamento bélico	Transferência de 30 Tanques Leopard 1V, 2 Fragatas e aviões de caça
<b>Venezuela – Equador</b>	Transferência de Equipamento bélico	Doação de 6 Caças Mirage 50
	Apoio político	Movimentação de tropas para a fronteira colombiana durante a crise com o Equador
<b>Venezuela – Bolívia</b>	Apoio político	Alinhamento político em torno do movimento socialista bolivariano
<b>Colômbia - EUA</b>	Transferência de Equipamento bélico	Transferência de equipamentos para o combate aos movimentos guerrilheiros
	Apoio político	Apoio no combate ao Narcotráfico e em situações divergentes com a Venezuela
<b>Venezuela - Suriname</b>	-	Declarações conjuntas contrárias às políticas da Guiana

**Quadro 4:** As ações empreendidas entre os países sul-americanos do “Arco da Instabilidade”. (Org. TEIXEIRA, V. M., 2010)

A disposição atual desses movimentos de aproximação bilateral frente à disposição das rivalidades entre os países da região amazônica revela um processo de intercalação entre conflitos e as aproximações, que teriam no Equador uma área pivô, concentrando nesse país uma maior quantidade de movimentos, o que poderia se traduzir na área com maior probabilidade de tensões ou então na de mais difícil formatação de um processo de integração (Figura 4).



**Figura 4:** Movimentos de Aproximação e Rivalidades no Arco da Instabilidade. Org: TEIXEIRA, V. M., 2010.

Dentre os acordos bilaterais que envolvem os países da região, o que desperta maior interesse sobre as condições e funcionamento, certamente é o que envolve a Colômbia e os EUA, no chamado Plano Colômbia. Esse acordo entre os dois países envolve a transferência de grande quantidade de equipamentos militares no reforço das forças armadas colombianas para o combate dos movimentos guerrilheiros e traficantes de droga que atuam no país, além de treinamento, assessoria militar e ajuda financeira para manutenção das operações. Dentre os problemas que estão embutidos no relacionamento da Colômbia com os EUA, estão os problemas diplomáticos que podem emergir dos vizinhos, devido às desconfianças sobre as reais motivações a respeito do envolvimento dos EUA na região da floresta amazônica. Para o Brasil, tal acordo representa também a perda da inserção política sobre a Colômbia, já que neste caso teriam preferências as relações com os EUA. Segundo Villa e Ostos (2005):

No plano político, Brasil e Colômbia têm visões divergentes em dois pontos: o Plano Colômbia, o que implica em discordâncias acerca das relações com os EUA, e o

lugar do Brasil no processo de negociação de paz. O plano Colômbia, de iniciativa norte-americana e implementada durante o governo Pastrana, é visto com muita reserva pelos formuladores da política externa brasileira, que suspeitam de uma militarização das regiões andina e amazônica a partir da Colômbia. [...] (VILLA, R. D.; OSTOS, M. del P., 2005, p.106)

Esse acordo também não é bem visto por outros países, como Venezuela e Equador, que o enxergam como a porta de entrada dos interesses dos EUA para região amazônica, além de romper com o equilíbrio estratégico na região através a ajuda financeira e bélica, em um projeto eminentemente militar (MARQUES, 2009), representando mais um risco, com a possibilidade de solapar definitivamente os sistemas sub-regionais de cooperação:

A superioridade norte-americana tem trazido inúmeras implicações para a agenda de segurança regional da América do Sul, pois os diversos desacordos em segurança e defesa cooperativa entre os países sobre as questões de segurança e defesa servem de pretexto [sic] para a negociação bilateral de acordos com os Estados Unidos, esvaziando a multilateralidade de acordos da região. (SENHORAS, 2009)

Para Bertha Becker (2004), a inserção de uma potência na região amazônica estaria relacionada às suas disputas pelas áreas de recursos naturais do planeta. O plano Colômbia representaria assim a estratégia individual dos EUA, através de uma forma coercitiva e velada sobre o território. Segundo Bertha Becker:

[...] “Na medida em que a disputa entre as potências é aguçada, surge uma nova forma de tentar superar os conflitos, de pressionar os países periféricos e de assumir o controle da decisão sobre territórios. Tratam-se de alianças temporárias para atuar em espaços e questões específicos, situadas nas interfaces de interesses das potências. A face civil dessa aliança é a cooperação internacional, bilateral ou em projetos conjuntos.” (BECKER, 2004, p. 35-36)

Os acordos entre grandes potências e países periféricos, com benefícios econômicos, políticos e sociais para esses últimos - em muitos casos duvidosos - não são benéficos para a sua relação com seus vizinhos, afetando sua política externa, na medida em que se elege um beneficiário entre eles. Outros acordos bilaterais como os apresentados entre Chile – Equador e Venezuela – Equador envolvendo relações políticas e doações de armamentos, são sintomáticos quanto ao atual cenário regional de instabilidade, pois podem favorecer o ressurgimento de conflitos no subsistema amazônico ou a emergência de situações tensas. Os acordos bilaterais não representam avanço para o surgimento de um cenário de cooperação sólido na região, pois não incentivam uma condição de confiança mútua entre os vizinhos e tão pouco, envolvem esse território sobre um cenário de cooperação em segurança e defesa.

[...] as *políticas de cooperação de caráter bilateral* se mostram ineficazes e o atual cenário geopolítico cooperativo é propício à construção de uma *comunidade regional de segurança e defesa*, para aumentar o comprometimento mútuo na formação de contingentes militares regionais, na compatibilização e aquisição conjunta de equipamento militar ou na definição de estratégias comuns de defesa para a região. (SENHORAS, 2009)

Como comparação, podemos citar o caso da criação do MERCOSUL que, a despeito das atuais condições de reativação de divergências internas, se estabeleceu após a consolidação das relações entre Brasil e Argentina a partir de “*propostas e ações no plano de segurança, inclusive na área nuclear, fomentando um clima de confiança mútua crescente e que ensejou, em seguida, o desmantelamento das hipóteses de conflito entre os dois países*” (VAZ, 2002 apud MEDEIROS FILHO 2004, p.15-16). Essa perspectiva é também tratada por Hurrel (1998 apud SENHORAS, 2009), quando relata que a cooperação em exercícios militares e controle de armamento têm levado a convergência dos países do Cone Sul.

Dentre os entraves que barram o avanço de negociações, a influência externa é certamente um dos maiores problemas para uma real evolução conjunta dos países sul-americanos, uma vez que, no círculo militar, essas intervenções com origem nas grandes potências são percebidas e identificadas como prejudiciais. De maneira geral, os militares dos países amazônicos crêem nos interesses sobre a região amazônica, no que poderia ser caracterizado como um cenário de cobiça internacional (MEDEIROS FILHO, 2004), divergindo, no entanto, sobre a natureza desta cobiça (MARQUES, 2009).

As tendências instáveis na América do Sul não têm passado despercebidas pelos governantes têm levado ao surgimento de iniciativas com o objetivo de barrar esses movimentos desestabilizantes e formar definitivamente uma zona de paz e segurança.

Dentro dessa possibilidade de consolidação da paz no subcontinente foi lançado, no final de 2008, a proposta de criação do Conselho de Defesa Sul-Americano (CDS), como parte da União de Nações Sul Americanas (UNASUL), com vistas a impedir o florescimento de novos conflitos, na condição de um espaço de diálogos e troca de informações que influenciem de forma benéfica a região, garantindo sua estabilidade. Essa proposta, mais uma vez originária do Brasil, tem como base a mudança na perspectiva de enquadramento político doravante praticado pelo país, fruto do novo perfil da política externa brasileira, substituindo suas relações prioritárias da América Latina pela América Sul (GALVÃO, 2009). Outra proposição com relação ao anseio brasileiro na criação dessa nova forma de cooperação, agora baseada em questões de segurança e defesa, seria a constante busca pelo papel de liderança regional e a perspectiva de integrar uma versão ampliada do Conselho de Segurança

das Nações Unidas. Entretanto, cabe a essa proposta o crédito de levar em consideração a superação dos movimentos de rivalidade na América do Sul como premissa básica para a integração regional, em que uma comunidade baseada em laços de cooperação em segurança e defesa poderia garantir as condições ideais para o fortalecimento dessas perspectivas na região. Para John Speedy (apud GALASTRI, 2005, p.91) “*a cooperação no campo militar dá sustentação às instituições democráticas e mantém a região em paz no começo de um século repleto de desafios*”. A proposta enxerga ainda, a resolução dos problemas sul-americanos como de responsabilidade dos próprios países da região, em aversão a possibilidade de intervenções feitas por países extraregionais (SENHORAS, 2009), como é o caso do Plano Colômbia.

O desenvolvimento de um modelo de cooperação baseado em segurança e defesa, a despeito de suas singularidades, deve seguir uma evolução como apresentada no Quadro 5:

<b>NASCENTE</b>	Quando há aumento de canais e instituições regionais
<b>ASCENDENTE</b>	Quando há fortalecimento da confiança mútua e das instituições regionais, com colaboração entre forças armadas
<b>MADURA</b>	Quando as ações de guerra entre parceiros passam a ser improváveis

**Quadro 5:** Evolução de Acordos de Cooperação em Segurança e Defesa. Fonte: Elaboração própria. Baseado em Senhoras (2009, p.17).

A formalização de uma agenda única para a região serviria de princípio para o fortalecimento da proposta, com a compatibilização dos assuntos estratégicos tratados por cada país, a respeito das ameaças enfrentadas pelo subcontinente e nas abordagens para esses problemas. Como exemplo, uma política sólida de combate ao tráfico de drogas, passaria por processos de entendimento mútuo quanto à natureza da ameaça – se terrorista, guerrilheira, traficante, narcotraficante, etc - pelos países assolados pelo problema, e uma mesma abordagem para o problema no âmbito interno de cada país, com o envolvimento ou não de forças armadas nesse combate, já que isso não é consenso na América do Sul.

A efetivação de acordos baseados na área de defesa poderia também abarcar o desenvolvimento conjunto de sistemas e equipamentos, objetivando a independência regional nesses setores críticos, gerando industrialização e ganhos em escala, absorvidos pelos países envolvidos, assim como a interdependência estratégica na produção conjunta do material, minimizando o risco de agressões entre esses Estados. A criação e desenvolvimento de equipamentos como radares, sensores ópticos, eletrônicos e diversos outros materiais,

encontraria fácil aplicação na área civil, podendo suprir toda a região e serem exportados para outros países.

O desenvolvimento pelo Brasil de vários equipamentos, como o novo avião de transporte KC-390, mísseis e navios, poderiam equipar toda a América do Sul e seu desenvolvimento em conjunto, poderia diminuir os custos do projeto e produção, reduzindo também atrasos que comumente são experimentados nessa área. Além disso, o desenvolvimento conjunto desse tipo de equipamentos reduziria os custos de operação, com a operação unificada dos mesmos sistemas e praticamente impossibilitaria o surgimento de conflitos devido à interdependência produtiva dos principais meios utilizados neles. Esse tipo de processo já é há muito tempo praticado no continente europeu, onde podem ser encontrados inúmeros casos de sucesso, e também de fracasso, fruto de relações desenvolvidas ao longo de 50 anos, que demonstram a impraticabilidade da manutenção de uma indústria de defesa completa em cada país, devido aos enormes gastos nesse setor. Hoje inúmeros exemplos do desenvolvimento conjunto podem ser encontrados como o avião de caça Eurofighter, o avião de transporte A-400M e os navios da classe FREMM, que tem gerado resultados positivos na redução de gastos para o seu desenvolvimento, ganhos com a exportação desses equipamentos e efetivação da integração entre os países produtores.

#### **4. CONCLUSÃO**

As conclusões a respeito de um assunto tão complexo como a integração e os conflitos desenvolvidos na América do Sul, e mais especificamente na porção amazônica, não se traduzem em um trabalho mais simples como esse aqui apresentado, mas encontram nele um início para uma discussão mais ampla e aprofundada sobre o tema, no intuito de esclarecer as atuais divergências e movimentos de aproximação nesse território.

Como assertivas preliminares, poderíamos apontar para a falta de acordos que compreendem além da área econômica também a área de defesa dos países proponentes dos projetos de integração, já que os convênios baseados simplesmente no intercâmbio de mercadorias não superaram antigas rivalidades existentes na região e podem aguçar-las ainda mais em momentos de crise. Entretanto, os acordos de cooperação militar por hora estabelecidos no setor amazônico são feitos de forma parcial, contemplando países com rivalidades mútuas, e fornecendo bases concretas para um aumento da tensão e solapamento dos acordos integracionistas pretendidos.

A concepção de um projeto envolvendo o desenvolvimento tecnológico e comercial que seja benéfico para todos os países envolvidos, sem que haja o florescimento de um poder hegemônico, passa por um acordo de cooperação que busque acima de tudo o compromisso pela manutenção da paz, a qual somente pode se estabelecer após a superação das rivalidades entre os países envolvidos.

O que vem ocorrendo na América do Sul é a manutenção de relações bilaterais entre os países, envolvendo problemas comuns relativos a outros países, o que afeta de maneira geral toda a região e reforça a insegurança para a realização de projetos conjuntos baseados unicamente em pontos econômicos e liberalização comercial, como vem sendo tentado até o momento. A resolução de conflitos e a superação das rivalidades, novas ou antigas, baseadas no território ou em ideologias, se fazem extremamente necessárias para o sucesso da integração sul-americana, o que só um projeto que envolva toda a região em um processo de entendimento na área de defesa pode realizar.

## 5. AGRADECIMENTOS

Os autores agradecem o fomento concedido pelo programa de Iniciação Científica PIBIC/CNPq/UFU, durante o ano 2009-2010, que colaborou para a realização desse trabalho.

## 6. REFERÊNCIAS

ANTIQUERA, Daniel de C. **A Amazônia e a Política Externa Brasileira**: Análise do Tratado de Cooperação Amazônica (TCA) e sua transformação em organização internacional (1978-2002). 2006. 201 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Departamento de Ciência Política, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, UNICAMP, 2006.

BECKER, Bertha K. **Amazônia**: geopolítica na virada do III milênio. Rio de Janeiro: Garamond, 2004.

CÉSPEDES, T.; VÉLEZ, P. Peru está preparado para a defesa em todos os campos, diz García. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 28 jul. 2009. Internacional. Disponível em: <<http://www.estadao.com.br/noticias/internacional,peru-esta-preparado-para-defesa-em-todos-os-campos-diz-garcia,409899,0.htm>>. Acesso em: 22 set. 2009.

COLÔMBIA. Ministerio de Comercio, Industria y Turismo. **Plan Choque II**. Disponível em: <<http://www.mincomercio.gov.co/econtent/Documentos/intervenciones/2010/PlanChoque.pdf>>. Acesso em: 20 de Julho de 2010

COSTA, W. M. O Brasil e a América do Sul: Cenários geopolíticos e os desafios da integração. **Confins** [Online], São Paulo, n. 7, 2009. Disponível em: <<http://confins.revues.org/index6107.html>>. Acesso em: 28 de Janeiro de 2010.

DE CONTE, Maria Irene. **A ponte sobre o Rio Oiapoque: uma ponte “transoceânica” entre o Brasil e a França; o Mercosul e a União Européia?** 2007. 145 f. Dissertação de Mestrado – Departamento de Geografia Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, USP, 2007.

GALASTRI, L. O. **A missão de observadores militares Equador-Peru – MOMEPE (1995 – 1999) e a participação do Exército Brasileiro.** Outubro de 2005. 144 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Políticas) – Departamento de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2005.

GALVÃO, Thiago G. América do Sul: Construção pela Reinvenção (2000 – 2008). **Revista Brasileira de Política Internacional**, n. 52, v.2, p.63 – 80, 2009. Disponível em:<<http://cronopio.flacso.cl/fondo/pub/openaccess/2009/revista/031471.pdf>>. Acesso em: 28 de Maio de 2010.

MACHADO, Lia O. O controle intermitente do território amazônico. **Revista Território**. Rio de Janeiro, 1 (2), p. 19-32, 1997. Disponível em: <[http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/02\\_3\\_machado.pdf](http://www.revistaterritorio.com.br/pdf/02_3_machado.pdf)>. Acesso em: 12 de Fevereiro de 2010.

MARQUES, Adriana A. **A Amazônia no Pensamento Militar Sulamericano.** 2009. Disponível em: <[www2.uel.br/cch/his/mesthis/abed/anais/aamarques.Abed.09.doc](http://www2.uel.br/cch/his/mesthis/abed/anais/aamarques.Abed.09.doc)>. Acesso em: 28 de Abril de 2010.

MATTOS, Meira. **Uma Geopolítica Pan-Amazônica.** Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1980.

MEDEIROS FILHO, Oscar. **Cenários geopolíticos e emprego das Forças Armadas na América do Sul.** 2004. 129 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Departamento de Geografia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2004.

\_\_\_\_\_. **Geografia Política sul-americana e percepções das agências de defesa.** 2008. Disponível em:<<http://www.abed-defesa.org/page4/page8/page9/page17/files/OscarMedeiros.pdf>>. Acesso em 28 de Abril de 2010.

\_\_\_\_\_. **Conselho de Defesa Sulamericano: Origens, Demandas e Propósitos.** 2009. Disponível em: <[www2.uel.br/cch/his/mesthis/abed/anais/OscarMedeirosFilho.doc](http://www2.uel.br/cch/his/mesthis/abed/anais/OscarMedeirosFilho.doc)>. Acesso em 14 de Outubro de 2009.

MORAES, Antônio Carlos Robert. **Bases da formação territorial do Brasil : O território colonial brasileiro no “longo” século XVI.** São Paulo: Hucitec, 2000.

SENHORAS, Elói Martins. **O Conselho Sul-Americano de Defesa e as Percepções da Construção da Segurança Cooperativa no Complexo Regional da América do Sul.** 2009. Disponível em: <<http://www.ndu.edu/chds/SRC-Colombia09/Papers/Senhoras%20BRAI.pdf>>. Acesso em: 28 de Abril de 2010.

SILVEIRA, H. G. **Integração latino-americana: projetos e realidades.** Porto Alegre: EDIPUCRS, 1992.

VILLA, Rafael D.; OSTOS, Maria Del P. As relações Colômbia, países vizinhos e Estados Unidos: Visões em torno da agenda de segurança. **Revista Brasileira de Política Internacional** [Online], Brasília, v.48 (2), p. 86-110, 2005. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/rbpi/v48n2/a05v48n2.pdf>> Acesso: em 25 de Janeiro de 2010.